

PLATAFORMAS DIGITAIS DE CONEXÃO DE MERCADO COMO COMPLEMENTO DE AMBIENTES DE INOVAÇÃO

Raissa Gaia Barroso Nascimento

Mestranda em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT), Universidade Federal do Amapá, Macapá, Amapá, Brasil.
E-mail: raissagaia.acad@gmail.com.

ORCID: 0009-0001-5320-7748



RESUMO

Nos últimos anos, o Brasil avançou no campo da ciência, tecnologia e inovação, mas a distribuição de ambientes de inovação no território ainda se mostra desigual. O objetivo deste artigo é discutir de que modo uma camada digital de conexão de mercado pode complementar a infraestrutura física de incubação já existente em territórios amazônicos, contribuindo para a reflexão sobre ambientes de inovação em regiões com conexão periférica aos grandes centros de ciência, tecnologia e inovação do país. Trata-se de uma revisão de literatura que reúne produção acadêmica e análise documental do arcabouço legal aplicável ao tema. Os resultados indicam que ambientes de inovação permanecem concentrados nas regiões Sul e Sudeste do país e que pequenas e médias empresas da Região Norte enfrentam barreiras que as isolam dos ecossistemas nacionais de inovação. Argumenta-se que plataformas digitais de conexão de mercado podem estender o alcance dessa infraestrutura física, contribuindo para arranjos de inovação mais adequados a regiões descentralizadas.

Palavras-chave: Ambientes de Inovação. Ecossistemas de Inovação. Plataformas Digitais. Amazônia.

ABSTRACT

In recent years, Brazil has made progress in the fields of science, technology, and innovation, but the distribution of innovation ecosystems across the country remains uneven. The objective of this article is to discuss how a digital layer of market connectivity can complement the existing physical incubation infrastructure in Amazonian regions, contributing to the discussion on innovation ecosystems in regions that are peripherally connected to the country's major centers of science, technology, and innovation. This is a literature review that brings together academic research combined with a documentary analysis of the legal framework applicable to the topic. The results indicate that innovation environments remain concentrated in the South and Southeast regions of the country, and that small and medium-sized enterprises in the North face barriers that isolate them from national innovation ecosystems. It is argued that digital market-connecting platforms can extend the reach of this physical infrastructure, contributing to innovation arrangements better suited to decentralized regions.

Keywords: Innovation Environments. Innovation Ecosystems. Digital Platforms. The Amazon.

Introdução

O Brasil consolidou, nas últimas duas décadas, um arcabouço legal voltado à indução da inovação, desde a Lei de Inovação de 2004 (Brasil, 2004) até o Marco Legal da Inovação de 2016 (Brasil, 2016), mas a distribuição de ambientes de inovação no território permanece marcadamente desigual (Ferreira *et al.*, 2025; Saraiva, 2025). Mapeamentos recentes mostram que incubadoras, aceleradoras e parques tecnológicos se concentram nas regiões Sul e Sudeste do país, deixando a Região Norte com participação residual (Ferreira *et al.*, 2025; Saraiva, 2025), o que suscita a questão de como empreendimentos dessa região podem se conectar a ambientes de inovação eficazes, apesar da menor densidade institucional local.

Essa desigualdade regional se soma a barreiras específicas enfrentadas por pequenas e médias empresas amazônicas, que vão desde dificuldades de financiamento até limitações de infraestrutura tecnológica e geográfica (Ferret *et al.*, 2025). Paralelamente, o avanço de plataformas digitais como instrumentos de conexão de mercado e inclusão produtiva vem se consolidando como agenda de pesquisa em desenvolvimento local e inovação social (Braga; Storino; Avelar, 2026). É no cruzamento dessas realidades de desigualdade regional em ambientes de inovação e crescimento das plataformas digitais de conexão de mercado que se insere a discussão proposta neste artigo.

O objetivo geral é discutir em que medida uma camada digital de conexão de mercado pode complementar a infraestrutura física de incubação já existente em territórios amazônicos, contribuindo para a reflexão sobre ambientes de inovação em regiões com conexão periférica aos grandes centros de ciência, tecnologia e inovação do país. Trata-se de uma revisão de literatura, combinando produção acadêmica publicada entre 2020 e 2026 sobre sistemas de ciência, tecnologia e inovação, ecossistemas de inovação, taxonomia de ambientes de inovação e plataformas digitais com análise documental do arcabouço legal federal, estadual e municipal aplicável ao tema.

Metodologia

Este artigo adota o procedimento metodológico de revisão de literatura, adequado para sintetizar produção teórica dispersa entre diferentes campos de conhecimento, como estudos de inovação, ecossistemas de inovação e plataformas digitais, e para relacioná-la a um contexto territorial específico.

A busca de literatura acadêmica foi realizada no Google Acadêmico, na SciELO e no Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os descritores, em português, “ambientes de inovação”, “ecossistemas de inovação”, “plataformas digitais”, “conexão de mercado” e “barreiras à inovação”, combinados por meio do operador booleano “AND” com os termos “Amazônia” e “Região Norte”. Foram priorizados trabalhos publicados entre 2020 e 2026, disponíveis integralmente e em acesso aberto.

Além disso, foram consultados documentos oficiais e leis federais, estaduais e municipais relacionados à ciência, tecnologia e inovação, tratados como fontes primárias de análise documental. Diferentemente da literatura acadêmica selecionada, esses documentos não foram restritos ao período de 2020 a 2026, uma vez que compõem o arcabouço legal vigente sobre o tema, independentemente da data de sua publicação original.

Os textos selecionados foram agrupados em três eixos temáticos: sistemas de ciência, tecnologia e inovação; ecossistemas e taxonomia de ambientes de inovação; e plataformas digitais de conexão de mercado. Um recorte regional, referente à Região Norte do Brasil, especialmente ao estado do Amapá, foi utilizado para ancorar a discussão teórica em condições empíricas descritas pela literatura consultada.

Sistemas de Ciência, Tecnologia e Inovação e o Arcabouço Legal no Amapá

Os sistemas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) são sustentados por políticas nacionais e estaduais que criam as condições legais para a atuação articulada de universidades, empresas e governo (Ferret *et al.*, 2025). No plano federal, a Lei nº 10.973/2004 estabeleceu medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo (Brasil, 2004), e a Lei nº 13.243/2016, o Marco Legal da Inovação, aprofundou esse incentivo por meio dos eixos de integração, simplificação e descentralização, buscando destravar o funcionamento da relação entre esses três atores, descrita no modelo da Tríplice Hélice (Brasil, 2016; Etzkowitz; Leydesdorff, 2000 *apud* Ferret *et al.*, 2025).

Entre os instrumentos criados por esse marco legal está a obrigatoriedade de que instituições científicas e tecnológicas mantenham um Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), responsável por gerir sua política de inovação e propriedade intelectual (BRASIL, 2016). Na Região Norte, contudo, a efetividade desses instrumentos legais é limitada por barreiras institucionais e burocráticas: segundo Ferret *et al.* (2025), a elevada carga tributária, a burocracia nos processos de registro e licenciamento e a ausência de políticas regionais específicas de inovação penalizam de forma desproporcional as empresas menores, sobretudo as situadas fora dos grandes centros urbanos da região.

Em nível estadual, leis como a Lei nº 2.333/2018 do Amapá dispõem sobre indução e incentivos ao desenvolvimento do sistema de CT&I, oferecendo instrumentos de suporte ao ambiente produtivo local (Amapá, 2018). Do mesmo modo, em escala municipal, leis como a Lei nº 1.485/2023 do município de Santana criam políticas próprias de incentivo à inovação e ao empreendedorismo (Santana, 2023). Esse conjunto normativo formado pelos diferentes entes compõe o sistema de CT&I dentro do qual ambientes de inovação amazônicos e eventuais camadas digitais de conexão de mercado estariam inseridos, ainda

que esses instrumentos legais permaneçam pouco conectados operacionalmente entre si.

Ecosistemas de Inovação e as Inter-Relações entre Seus Atores

Para além de seus componentes isolados, o sistema de CT&I ganha em explicar seus resultados quando se observam as inter-relações entre esses componentes, que formam o ecossistema de inovação (Ferreira *et al.*, 2025). Este ecossistema existe na medida em que os diferentes ambientes de um território, sejam universidades, incubadoras, parques tecnológicos, empresas, governo, se articulam entre si, e não apenas cada um deles isoladamente (Ferreira *et al.*, 2025). Ferreira *et al.* (2025), ao mapear ambientes de inovação nacionais e internacionais, mostram que a Tríplice Hélice funciona quando universidade, empresa e governo cooperam de forma coordenada, mas que o apoio brasileiro à inovação costuma ser disperso e descontínuo, o que enfraquece justamente essas inter-relações.

Ferret *et al.* (2025) chegam a uma conclusão semelhante ao analisar pequenas e médias empresas da Região Norte: os autores destacam a fragilidade das redes de cooperação entre empresas, universidades, agências de fomento e instituições intermediárias como um dos principais fatores da baixa capacidade inovadora regional. Para superar essas barreiras, exige-se uma governança mais descentralizada e a articulação de redes locais de inovação, com participação efetiva de universidades, setor produtivo e governo (Ferret *et al.*, 2025).

Essa fragilidade das inter-relações tende a se manifestar de forma particular em territórios amazônicos: ambientes de inovação isolados podem cumprir bem sua função de estruturação inicial de projetos, mas a conexão desses empreendimentos com o setor produtivo e com o poder público, em escala regional, permanece incipiente. Em termos de ecossistema, é a desarmonia na relação entre os vértices da Tríplice Hélice que constitui o principal gargalo para o avanço desses negócios (Ferret *et al.*, 2025; Ferreira *et al.*, 2025).

Taxonomia dos Ambientes de Inovação

Acerca dos ambientes de inovação, propõem-se taxonomias para os distintos formatos institucionais observados no país e no exterior — núcleos de inovação tecnológica, coworking, makerspace, pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras, parques científicos, parques tecnológicos, parques científicos e tecnológicos, parques de pesquisa, parques de inovação e cidades inteligentes —, além de critérios para sua constituição e indicadores para sua avaliação (Ferreira *et al.*, 2025; Saraiva, 2025). A Tabela 1 sintetiza seis desses formatos, conforme descritos por Ferreira *et al.* (2025).

Tabela 1 Tipos de ambientes de inovação e conceitos.

Tipo	Público-alvo	Foco
Coworking	Negócios em geral e profissionais autônomos	Custo compartilhado e networking
Hub de inovação	Negócios com potencial inovador	Conexões e visibilidade no ecossistema
Incubadora	Startups em fase de ideação e validação	Apoio técnico, gerencial e infraestrutura física
Aceleradora	Startups já em operação ou tração	Crescimento acelerado
Parque tecnológico	Empresas de base tecnológica em estágio avançado	Infraestrutura e proximidade entre atores
Open lab	Pesquisadores e empreendedores em fase de ideação	Acesso a ferramentas de prototipagem

Fonte: Adaptado de Ferreira *et al.* (2025).

Entre esses formatos, a incubadora é definida por seu foco em startups em fase de ideação e validação, às quais oferece apoio técnico, gerencial e infraestrutura física; a aceleradora, por seu foco em negócios já em operação ou tração, com apoio voltado ao crescimento acelerado; e o parque tecnológico, por reunir empresas de base tecnológica em estágio avançado, com infraestrutura compartilhada (Ferreira *et al.*, 2025).

Quanto à distribuição desses ambientes no território brasileiro, Saraiva (2025), com base em mapeamentos da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC), mostra que tanto as incubadoras, que são as mais numerosas, quanto os parques tecnológicos, concentram-se fortemente nas regiões Sul e Sudeste do país, com presença apenas pontual nas demais regiões. Ferreira *et al.* (2025) chegam a uma conclusão semelhante ao mapear ambientes de inovação nacionais e internacionais, indicando que a Região Norte concentra uma fração reduzida do total de incubadoras identificadas no país. Esse padrão ilustra bem o propósito de um indicador, pois ele não apenas descreve a distribuição de ambientes de inovação, mas revela onde a rede de conexões entre eles é mais escassa.

Barreiras e Desigualdades Regionais em Ambientes de Inovação na Amazônia

Ferret *et al.* (2025) sistematizam as barreiras à inovação enfrentadas por pequenas e médias empresas da Região Norte em seis categorias: financeira, tributária/fiscal, burocrática/institucional, tecnológica/digital, de gestão da inovação e de infraestrutura. Ainda segundo os autores, essas barreiras são interligadas e se reforçam mutuamente, comprometendo a capacidade inovadora das

empresas da região de forma mais profunda do que cada barreira consideraria isoladamente.

No plano financeiro, as empresas amazônicas enfrentam dificuldade de acesso a crédito subsidiado e a linhas de financiamento específicas para inovação, agravada pela falta de garantias reais e pela burocracia dos processos de financiamento (Ferret *et al.*, 2025; Taborda *et al.*, 2025). No plano tributário e institucional, a elevada carga tributária e a burocracia nos processos de abertura de empresas, licenciamento e registro de propriedade intelectual reduzem a margem de manobra das empresas menores para investir em pesquisa e desenvolvimento (Ferret *et al.*, 2025).

No plano tecnológico, o baixo acesso a tecnologias digitais, a infraestrutura de comunicação deficiente e a escassez de mão de obra qualificada em áreas como tecnologia e gestão da inovação limitam a digitalização de processos e a adoção de ferramentas modernas (Taborda *et al.*, 2025; Ferret *et al.*, 2025). No plano geográfico, o isolamento logístico, os custos elevados de transporte e a distância física dos principais polos de pesquisa e inovação do país, concentrados no Sul e no Sudeste, reforçam a exclusão das empresas amazônicas dos ecossistemas nacionais de inovação (Ferret *et al.*, 2025).

Entre essas seis categorias de barreiras, a dimensão tecnológica e digital merece atenção especial para o argumento deste artigo: ela não apenas limita a capacidade produtiva das empresas amazônicas, mas também restringe seu acesso a mercados consumidores fora da região, já que a conectividade digital é pré-condição para qualquer estratégia de conexão de mercado por meios digitais (Ferret *et al.*, 2025).

Plataformas Digitais como Camada de Conexão de Mercado

Plataformas digitais são sistemas que conectam diferentes grupos de usuários, reduzindo custos de transação e ampliando o alcance de produtores e prestadores de serviços. Elas vêm sendo estudadas como instrumentos de inclusão produtiva e desenvolvimento local (Parker; Van Alstyne; Choudary, 2016 *apud* Braga; Storino; Avelar, 2026). Braga, Storino e Avelar (2026), em estudo comparativo sobre plataformas digitais voltadas ao empreendedorismo e à inovação social no Brasil, mostram que esse tipo de plataforma desempenha papel estratégico na inclusão produtiva, no fortalecimento do empreendedorismo e na consolidação de ecossistemas digitais de apoio a microempreendedores e iniciativas de impacto.

Entre os benefícios das plataformas estão o acesso facilitado a mercados digitais, a capacitação empreendedora, a formação de redes colaborativas e o uso de tecnologias para monitoramento de impacto (Braga; Storino; Avelar, 2026). Diante disso, as plataformas digitais constituem importantes instrumentos de

desenvolvimento local, especialmente quando articuladas com políticas públicas, universidades e organizações da sociedade civil, o que expõe a importância da articulação entre atores, e não apenas da existência isolada de cada instrumento (Braga; Storino; Avelar, 2026).

À luz do referencial teórico sobre ecossistemas de inovação, as camadas digitais de articulação mercadológica podem ser lidas de três formas complementares: primeiro, como possível aplicação prática de instrumentos legais de incentivo à inovação já existentes (Brasil, 2004; Brasil, 2016), ainda que esses instrumentos raramente sejam desenhados especificamente para esse tipo de iniciativa; segundo, como peça de um ecossistema de inovação, ocupando a lacuna de inter-relação entre a estruturação inicial de empreendimentos e sua conexão com o mercado consumidor (Ferreira *et al.*, 2025; Ferret *et al.*, 2025); terceiro, como resposta parcial às barreiras tecnológicas e geográficas, não eliminando a necessidade de infraestrutura física de incubação, mas estendendo seu alcance comercial para além dos limites impostos pela distância e pelos custos logísticos (Ferret *et al.*, 2025).

Elementos para um Ambiente de Inovação na Amazônia com Conexão Digital de Mercado

As seis categorias de barreiras à inovação sistematizadas por Ferret *et al.* (2025) oferecem uma estrutura útil para esboçar, de forma prospectiva, como uma camada digital de conexão de mercado poderia complementar a infraestrutura física de incubação já existente em territórios amazônicos, organizada aqui em quatro elementos analíticos.

No que diz respeito à infraestrutura física e tecnológica, sugere-se que a Região Norte não carece, necessariamente, de ambientes de inovação, sejam incubadoras, aceleradoras ou parques tecnológicos, porque estes já existem na região, ainda que em número reduzido (Ferreira *et al.*, 2025; Saraiva, 2025), mas sim de conectividade digital suficiente para que esses ambientes se comuniquem com mercados fora de seu entorno imediato (Ferret *et al.*, 2025). Uma camada digital de conexão de mercado, nesse sentido, dependeria diretamente da superação prévia, ou concomitante, das barreiras tecnológicas.

No que tange à governança, é levantada a necessidade de articulação mais coordenada entre universidade, empresa e governo, os três pilares da Trílice Hélice (Ferreira *et al.*, 2025; Etzkowitz; Leydesdorff, 2000 *apud* Ferret *et al.*, 2025). Uma camada digital de conexão de mercado poderia funcionar como elemento adicional dessa governança, na medida em que sua operação dependeria da cooperação entre os ambientes de inovação que incubam empreendimentos e os atores capazes de sustentar financeira e institucionalmente sua manutenção (Ferret *et al.*, 2025).

Quanto ao ambiente regulatório, o arcabouço legal federal (Brasil, 2004; Brasil, 2016) e os instrumentos estaduais e municipais já existentes em alguns territórios amazônicos (Amapá, 2018; Santana, 2023) compõem uma base normativa que carece de complementação por políticas mais específicas, capazes de reduzir a burocracia associada a registros, licenciamentos e proteção de propriedade intelectual para pequenas iniciativas locais (Ferret *et al.*, 2025).

Por fim, no que diz respeito ao financiamento, Ferret *et al.* (2025) observam que a escassez de crédito subsidiado e de linhas de financiamento adequadas ao perfil de pequenas empresas amazônicas constitui uma das barreiras mais recorrentes na região. A manutenção de uma camada digital de conexão de mercado, como qualquer infraestrutura tecnológica, dependeria de fontes de financiamento estáveis, o que reforça a relevância de políticas públicas de fomento territorialmente sensíveis (Ferret *et al.*, 2025).

Desse modo, projetando esses quatro elementos de forma integrada — infraestrutura física e tecnológica, governança, ambiente regulatório e financiamento —, observa-se que uma camada digital de conexão de mercado não substituiria a infraestrutura física de incubação já existente em territórios amazônicos, mas estenderia seu alcance comercial para além das limitações impostas pela distância, pelos custos logísticos e pela concentração de mercados consumidores nas regiões Sul e Sudeste do país (Ferreira *et al.*, 2025; Ferret *et al.*, 2025; Saraiva, 2025).

Limites e Agenda de Pesquisa

A literatura consultada, embora ofereça taxonomias, mapeamentos e diagnósticos de barreiras aplicáveis à Região Norte, ainda trata a articulação entre infraestrutura física de incubação e plataformas digitais de conexão de mercado de forma indireta, de modo que nenhuma das fontes revisadas discute especificamente essa complementaridade, que é inferida, neste artigo, a partir da combinação de diagnósticos sobre ambientes de inovação, barreiras regionais e plataformas digitais.

Como agenda de pesquisa, ficam três direções: mapear empiricamente experiências de plataformas digitais de conexão de mercado já em operação em territórios amazônicos, avaliando seus efeitos sobre o alcance comercial de empreendimentos incubados; investigar os instrumentos de propriedade intelectual mais adequados para proteger esse tipo de plataforma; e avaliar em que medida instrumentos legais estaduais e municipais já existentes podem ser complementados por políticas regionais específicas, capazes de reduzir as barreiras financeiras, tributárias e burocráticas.

Considerações Finais

Este artigo discute, por meio de uma revisão de literatura, como uma camada digital de conexão de mercado poderia complementar a infraestrutura física de incubação já existente em territórios amazônicos. Mostrou-se que ambientes de inovação de diferentes tipos permanecem concentrados nas regiões Sul e Sudeste do país (Ferreira *et al.*, 2025; Saraiva, 2025), e que pequenas e médias empresas da Região Norte enfrentam barreiras financeiras, institucionais, tecnológicas e geográficas interligadas que as isolam dos ecossistemas nacionais de inovação (Ferret *et al.*, 2025).

O argumento central deste artigo é que uma camada digital de conexão de mercado pode se posicionar precisamente na lacuna de conexão identificada pela literatura, sem pretender substituir a infraestrutura física de incubação já existente. Organizando essa proposta em torno de quatro elementos, infraestrutura tecnológica, governança, ambiente regulatório e financiamento, este trabalho buscou mostrar que a consolidação de ambientes de inovação mais conectados na Amazônia depende menos de criar novas estruturas físicas e mais de articular, de forma coordenada, o que já existe, complementado por instrumentos digitais de alcance de mercado.

Por fim, recomenda-se, para trabalhos futuros, investigar em que medida esse arranjo composto por infraestrutura física de incubação complementada por uma camada digital de acesso a mercado, sustentada por governança multissetorial, regulação regionalizada e financiamento estável pode ser adotado por diferentes tipos de ambientes de inovação na Amazônia, contribuindo para uma reflexão mais ampla sobre como configurar ambientes de inovação em territórios periféricamente conectados aos grandes centros de ciência, tecnologia e inovação do país.

Referências Bibliográficas

AMAPÁ. Lei nº 2.333, de 25 de abril de 2018. Dispõe sobre indução e incentivos ao desenvolvimento do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio de instrumentos que concedem suporte ao desenvolvimento do ambiente produtivo no Estado do Amapá e dá outras providências. Disponível em: https://setec.portal.ap.gov.br/upload/marco_estadual.pdf. Acesso em: 25 ago. 2026.

BRAGA, Rodrigo Otávio do Canto; STORINO, André Luiz Bernardo; AVELAR, Kátia Eliane Santos. Plataformas digitais para inovação social: uma análise comparativa para o desenvolvimento de um ecossistema digital de apoio ao empreendedorismo sustentável. **RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar**, v. 7, n. 7, e778659, 2026. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v7i7.8659>.

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm. Acesso em: 25 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm. Acesso em: 25 ago. 2026.

FERREIRA, Helaine Cristina de Sales; BATISTA, Márcia Cibelle Pontes; DE SOUSA, Katia Lima; OLIVEIRA, Raimundo Corrêa. Desvendando ambientes de inovação: uma revisão global com destaque em casos nacionais e internacionais. *Lumen et Virtus*, v. XVI, n. XLV, p. 1044-1062, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/levv16n45-030>.

FERRET, Clairton Fontoura; MADURO, Márcia Ribeiro; AMORIM, Apolo Simões; ARAÚJO, Paulo César Diniz de; CORREIA FILHO, Wladimir Leite; LIMA, Orlem Pinheiro de. Barreiras à inovação em pequenas e médias empresas na Região Norte do Brasil. *Amazon Business Research (ABR)*, n. 5, p. 107-121, 2025. DOI: <https://doi.org/10.59666/abr.v0i05.4940>.

SANTANA. **Lei nº 1.485, de 29 de novembro de 2023**. Dispõe sobre a política de incentivo à inovação para o empreendedorismo no município de Santana. Disponível em: https://santana.ap.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/LEI-1.485_23-INCENTIVO-A-INOVACAO-E-EMPREENDEDORISMO.pdf. Acesso em: 25 ago. 2026.

SARAIVA, Illyushin Zaak. Síntese panorâmica dos ambientes de inovação: parques tecnológicos, incubadoras e aceleradoras no Brasil e no mundo. *Caderno de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (CPITT)*, v. 7, n. 1, jun. 2025. ISSN: 2763-5449. DOI: <https://doi.org/10.21166/cpitt.v7i1.6670>.

TABORDA, Alyne Vitória de Pontes; SILVA, Ana Vitória de Lima da; LOVATO, Camille Costa; MARTINHO, Isabelli Correa de Lima; SANTOS, Márcio Gonçalves dos; ARANTES, Elaine Cristina. Empreendedorismo feminino e inovação tecnológica: barreiras e caminhos para a competitividade. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro (REMUNOM)*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 1-17, 2025. DOI: <https://doi.org/10.61164/vrpypt24>.

